

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ricardo Lucas de Souza Filho

O Milagre Econômico (1968 – 1973) e o esquecimento social.

BRASÍLIA
2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ricardo Lucas de Souza Filho

O Milagre Econômico (1968 – 1973) e o esquecimento social.

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção de grau de licenciado em HISTÓRIA.

Orientador (a): Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

BRASÍLIA

2025

Agradecimentos.

Este trabalho é fruto de muito esforço e pensamentos controversos sobre o meu tempo como aluno de graduação na Universidade de Brasília, portanto, não seria possível deixar de agradecer àqueles que estiveram comigo nesse período e muitos outros que me trouxeram até aqui.

Dito isso, agradeço imensamente aos meus pais, que lutaram dia após dia para que eu me tornasse o adulto que sou hoje (além dos meus irmãos, que foram personagens ativos na minha construção de identidade e personalidade).

Aos meus amigos do Clube dos Pilantras, que são como irmãos para mim e atuaram diretamente na minha tentativa de lembrar quem eu sou nesse processo.

À minha irmã Giovanna, que esteve comigo desde o primeiro dia nessa graduação e tornou o processo unicamente lindo, tornando-se peça fundamental nos meus dias dentro e fora da faculdade.

À minha namorada Natália, que me dá forças em momentos que eu nem imaginaria precisar e que me lembra diariamente o quanto o mundo pode ser bonito, com seus lindos olhos e uma paixão inabalável pela vida.

Aos amigos que fiz na jornada e rapidamente ultrapassaram a barreira universitária: Wallisson, Tiago, Guilherme, Herick, Jarlen e Lucas.

Ao meu orientador Nogueról, que trabalhou com muita paciência e afinho ao meu lado.

E a todos aqueles que, em minha vida profissional e acadêmica, dificultaram, duvidaram, zombaram ou desincentivaram o processo, me aconselhando a trocar de curso ou a trocar a universidade federal por algo menos “militante”. A esses em especial, meu profundo agradecimento, pois sem vocês eu nunca teria tão claro em minha mente ao menos quem não me tornar.

“[...] A economia que não se preocupa com a justiça social é uma economia que condena os povos a isso que está ocorrendo no mundo inteiro: uma brutal concentração de renda e riqueza, o desemprego e a miséria. E isso está acontecendo até no Norte, não é só no Brasil, não. É no Norte, também: nos Estados Unidos, na França e na Alemanha.

Isso, para mim, não é economia. Isso é coisa, honradamente (quase que eu digo, do demo), isso é coisa de tecnocrata alucinado que acha que está tudo OK e não está nada OK. Eu pertenço à esquerda tradicional, e é do Bob¹ mesmo. Eu me preocupo desde que nasci, praticamente, porque minha mãe e meu pai também se preocupavam (e é sempre os pais que ensinam antes da escola) com a justiça social.

Uma economia que diz que precisa primeiro estabilizar, depois crescer e depois distribuir é uma falácia. E tem sido uma falácia. Nem estabiliza, cresce aos solavancos e não distribui. E essa é a história da economia brasileira, desde o pós-guerra. Ou, não é?

E ver os meus queridos amigos que, junto comigo, durante anos disseram que isso não era correto, que tinha que se fazer ao mesmo tempo estabilização, crescimento e distribuição... Ver esses meus queridos amigos, que lutaram comigo no movimento economista, dizerem hoje o contrário do que disseram é uma das maiores dores da minha vida e é isto, é dor mas também é raiva, e portanto energia para lutar por aquilo que o velho Bob e todos os jovens (este menino que está aqui caladinho e quase não falou) e muitos ainda acreditam que: se não acredita na justiça social, com quem paga a conta, você não é um economista sério, você é um tecnocrata [...].”

Maria da Conceição de Almeida Tavares, ao programa Roda Viva em 1995.

¹ Norberto Bobbio: filósofo político italiano. Bobbio havia escrito em 1994 sobre a distinção entre direita e esquerda. Para uma análise mais profunda sobre o filósofo e sua obra, ver BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

Introdução

O seguinte trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o período conhecido como “Milagre econômico” (1968-1973) no Brasil, com foco nos desdobramentos sociais apontados na bibliografia pertinente. O seu objeto de estudo se concentra em analisar as nuances do crescimento econômico sobre as condições de vida da população do Brasil e a desigualdade social e econômica a nível geral. A questão-problema que se busca responder é: de que forma o crescimento acelerado nunca visto no país em termos econômicos impactou a estrutura social brasileira, se levadas em consideração a crescente concentração de renda e a desigualdade de acesso aos benefícios do desenvolvimento.

O “Milagre econômico” representou um período de exponencial crescimento econômico no país, impulsionado por diversos fatores, como medidas com o objetivo de reestruturar o cenário fiscal e econômico de um Brasil em crise. Essas políticas foram criadas ou desenvolvidas por governos no contexto anterior, posterior e durante o golpe civil-militar no Brasil e as filosofias de tais medidas foram postas a prova nos anos que se seguiram, ao longo da ditadura no país.

Durante o período do “milagre”, o Brasil experimentou aumentos na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que superaram dois dígitos, além de alguns outros indicadores que, se analisados separadamente, parecem realmente milagrosos, colocando o país sob os holofotes internacionais. Não se sabe com exatidão qual fórmula foi utilizada para a criação do “milagre” no Brasil, mas é possível traçar diversos fatores que parecem convergir a um resultado em comum.

O regime militar, iniciado pelo golpe em 1964, implementou uma série de medidas em todos os âmbitos da sociedade brasileira, dentre elas, algumas medidas econômicas que visavam estabilizar a economia e promover a industrialização, mesmo que financiado parcialmente pelo mercado internacional e focados no desenvolvimento macro do país.

As mesmas medidas não foram adotadas com relação às pessoas. Planos como a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a atuação de ministros como Roberto Campos foram cruciais para atrair investimentos estrangeiros e impulsionar o setor industrial, principalmente de norte-americanos. O discurso oficial propagava a ideia de um Brasil moderno e desenvolvido, com a promessa de que os benefícios do crescimento alcançariam a todos. Esse panorama foi respaldado pelo crescimento de empresas, aumento da produtividade de

indústrias e na construção de “obras faraônicas” como a ponte Rio-Niterói, entregue em 1974, a Rodovia transamazônica e a Usina de Itaipu, que representaram o cenário perfeito do pós milagre econômico, quando houve a explosão da dívida externa e uma crise econômica cujas dimensões não possuíam antecedentes e que foram importantes para a crescente impopularidade da ditadura até o seu fim, em 1985.

Diante desse cenário, a população brasileira (em sua grande maioria), experimentou uma realidade muito menos “milagrosa” quanto às melhorias sociais. Desde o início da colonização do Brasil, mas não antes, a desigualdade social e econômica se mostrou presente, acentuando-se em alguns momentos, como no período do milagre. Dentro deste período de cinco anos, a concentração de renda se acentuou, com a maior parte dos benefícios do crescimento concentrada nas mãos de uma parcela da população, se levarmos em conta os moldes desse crescimento e o formato de impulsão ao setor industrial.

A desigualdade social, assim, se intensificou, uma vez que a maior parte de população ainda enfrentava dificuldades de acesso a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Nesse contexto, fatores como a repressão política e a censura impediam a livre manifestação e a organização de trabalhadores, dificultando a luta por melhores salários e condições de vida condizentes com o desenvolvimento econômico do país.

Essa pesquisa toma como proposta analisar criticamente o milagre econômico, apresentando como o crescimento econômico não foi devidamente refletido em melhorias sociais para a grande maioria da população brasileira, buscando entender nuances e aspectos analisados por economistas, sociólogos e historiadores. Como método, será realizada a análise de dados econômicos e sociais do período do “milagre” (com alguns recortes anteriores e posteriores), bem como as teorias dos economistas Edmar Bacha e Maria da Conceição Tavares entre outros. O objetivo da análise dessas teorias é compreender algumas nuances sobre a relação entre indicadores econômicos, status social e desigualdade, evidenciando assim, a discrepância entre alguns indicadores econômicos positivos e outros sociais demasiadamente negativos, como precarização das condições de vida e aumento da desigualdade social.

Em termos de contribuição historiográfica, é esperado que esse estudo possa contribuir para uma compreensão mais aprofundada do milagre econômico e de seus impactos na sociedade por uma perspectiva social-histórica em contraposição à ótica econômica, demonstrando como um período de crescimento econômico tão expressivo no Brasil pôde coexistir com tantos fatores sociais negativos. Além de tudo, esse estudo busca não apenas

realizar um estudo historiográfico, mas também, possibilitar a tradução de um assunto tão pertinente para a história econômica do Brasil, mas que se explorado somente pela vertente principal econômica, não reflete em um debate historiográfico e social que analisa fatores de suma importância no contexto histórico.

O milagre econômico em sua essência.

O milagre econômico foi um período de avanço econômico no país, que deve ser tratado com a devida cautela quando debatidos os principais motivadores dos acontecimentos do período.

Antes de 1964, o Brasil vivia uma crise de inflação galopante, para a época, e instabilidade política. De fato, os índices anuais de preços demonstravam uma escalada preocupante, saltando de 30,5% em 1960 para 79,9% em 1963, e atingindo o pico de 92,1% em 1964 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2025). Esse cenário, para as elites no poder, exigia uma intervenção drástica.

É a partir desse contexto que surgem as análises sobre as origens do "milagre". Fernando Veloso, André Villela e Fábio Giambiagi, em 2008, apresentaram em seu artigo contemporâneo "Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica", uma visão ampla de diversos fatores que podem indicar um caminho para o debate dos principais determinantes do "milagre".

Os autores apresentam três vertentes argumentativas do debate. A primeira, numa linha muito mais cética, indica as políticas monetárias e creditícias durante o período do milagre econômico (1968-1973) como os principais fomentadores do milagre, traçando uma linha de pensamento que, de certa forma, desconsidera alguns indicadores valiosos para a leitura do período. A segunda linha de interpretação aponta para os fatores internacionais, fortalecendo uma visão globalizada de que o mundo passava por um momento de expansão econômica e de política de crédito branda, criando um ambiente favorável. Por último, em uma linha bem mais detalhada, é possível ligar o milagre econômico a diversos fatores em um bloco temporal um pouco maior do que o apresentado como "período do milagre" de 68 a 73, mas sim, propõe uma análise que abrange desde o ano de 1964 a 1973, costurando assim, uma narrativa mais rica sobre o milagre (VELOSO, VILLELA e GIAMBIAGI. 2008).

Os autores utilizam painéis temporais para apresentar sua tese, levando em consideração recortes temporais de dez anos, não de cinco ou seis. Dessa forma, alguns insights sobre o "milagre" são avaliados e se aproximam do resultado esperado: conectar as medidas do PAEG² aos resultados astronômicos na política e na economia brasileira no período do

² PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo. Implementado entre 1964 e 1967, durante o governo do presidente Castello Branco, e elaborado pelos ministros Roberto Campos (Planejamento) e Octávio

milagre econômico brasileiro. É importante analisar os recortes temporais de forma mais elástica, considerando que os fatores para determinar um período tão rico e dinâmico na histórica econômica brasileira não podem ser lidos apenas pelos acontecimentos do recorte entre 68 e 73.

O primeiro e o segundo argumento podem ser utilizados ao se pensar o milagre econômico, mas esbarram em algumas condições e desdobramentos que não são tratados, pelo menos em um primeiro momento pelos autores. Ora, se considerarmos por exemplo, a primeira linha de interpretação, desconsideramos por muito o contexto social e político brasileiro, dando ainda mais ênfase no contexto apenas econômico que o país vivia desde antes do período ditatorial, tornando a análise meramente fundamentada na força e solidez da condição política e econômica do país durante o período do milagre econômico. Uma análise puramente técnica ignora que as escolhas econômicas são, em sua essência, projetos políticos com vencedores e perdedores definidos.

Talvez seja ainda mais controverso seguir a linha do segundo argumento, pois nele, consideraríamos o cenário externo como base do crescimento econômico do país, o que nos leva a supor algumas situações que não são passíveis de comparação como um aumento expressivo em índices econômicos e desenvolvimento em países semelhantes ao Brasil em diversos quesitos. O cenário internacional de liquidez foi um facilitador, um combustível, mas não o motor da arrancada brasileira; não explica por que o Brasil cresceu de forma tão distinta de seus vizinhos latino-americanos que também tinham acesso a esse mesmo capital.

O segundo argumento abre brechas para um comparativo sul-americano que necessitaria não apenas de uma análise ainda mais complexa sobre o cenário continental como resultaria em um estudo macroeconômico de diversos países. Não cabe a esse estudo realizar uma análise comparativa entre países, ou analisar apenas o contexto econômico dos anos do milagre, mas sim, traçar um paralelo entre as lacunas de desenvolvimento social, que não foram preenchidas, e o desenvolvimento econômico do país. Portanto nos ateremos à análise do terceiro argumento, que de certa forma engloba os outros dois de forma muito mais ampla, apresentando alguns pilares no recorte temporal mais elástico, considerando mais fatores e mais tempo, tornando a análise mais abrangente e rica em detalhes.

A tese central do terceiro argumento de Veloso, Villela e Giambiagi destaca a importância das reformas institucionais implementadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) durante o Governo Castello Branco (1964-1967). A perspectiva dos autores

sugere que essas reformas criaram os alicerces institucionais, as condições necessárias para a aceleração subsequente do crescimento econômico observado no período do “milagre”. Associar quatro anos de mudanças do governo de Castello Branco é uma estratégia ousada, mas muito bem estruturada, que apresenta argumentações suficientes para ganhar força no debate sobre os determinantes do milagre econômico, não apenas pelo alongamento temporal do debate, mas também, pelas reformas associadas ao PAEG, todas centradas em estabelecer uma nova fase ao Brasil, visando estancar a crise que se arrastava por anos. Todavia, segundo os autores, é importante analisar as políticas implementadas pelo PAEG, para que a análise seja feita acerca das reformas que podem realmente ser ligadas ao “milagre: *“A questão que se coloca, então, é saber quais são as reformas (e foram muitas as implementadas no governo Castello Branco) a que, efetivamente, se pode creditar o poder de criar instituições pró-mercado ou pró-crescimento econômico”* (VELOSO, VILLELA e GAMBIAGI, 2008, p. 227).

Dito isso, as reformas fiscais e tributárias e do sistema financeiro, juntamente com a implantação de uma forte abertura ao exterior são o foco da argumentação, concatenando diversos fatores. Dentre as medidas fiscais e tributárias é possível citar alguns ajustes fiscais, reduzindo déficits na esperança de combater a inflação e aumentar as reservas governamentais, visando o próximo passo: investir e estimular o crescimento.

O PAEG, por sua vez, foi desenvolvido com uma premissa ousada, mas que na teoria, seria um plano de desenvolvimento “magro” utilizado para, em um primeiro momento, estancar a crise econômica em que o país se encontrava nos primeiros anos da ditadura militar. Atribuído a Roberto Campos, ministro do planejamento e Coordenação geral (1964-1967) e Gouvêa de Bulhões³, ministro da fazenda (1964-1967), o PAEG foi “continuado” em forma de sequência filosófica pelo Ministro da Fazenda instituído no primeiro ano do “milagre” (1968), Delfim Netto. O plano é citado como um dos pilares para o acontecimento do milagre econômico. Os próprios arquitetos do modelo econômico reconheciam essa defasagem temporal entre a ação e o resultado, reforçando a tese de Veloso, Villela e Giambiagi, segundo Simonsen e Campos:

³ Gouvêa de Bulhões (Fazenda). Seu principal objetivo era o combate à inflação e a estabilização da economia por meio de um conjunto de medidas de austeridade, como a restrição do crédito, a reforma fiscal, e uma nova política salarial (conhecida como “arrocho salarial”). O plano estabeleceu algumas bases institucionais e macroeconômicas para o período de crescimento acelerado no país.

“... parte do chamado ‘milagre brasileiro’ dos últimos anos deve ser creditado aos sacrifícios estabelecidos durante a administração Castello Branco. Contudo, esse esforço de restauração era condição necessária, mas não suficiente para que o país viesse a crescer a taxas aceleradas a partir de 1968. Saber colher é também uma arte, e os responsáveis pela política econômica nos últimos anos vêm revelando extraordinária maestria na técnica de impulsionar o crescimento do produto real, sem agravar tensões inflacionárias e de balanço de pagamentos.” (“A nova economia brasileira”. SIMONSEN e CAMPOS. 1974, p.10)

O dito “sacrifício” é chave da política pensada no milagre econômico e durante os anos de ditadura militar. Tais sacrifícios não foram distribuídos igualmente pela sociedade. Significaram, na prática, o arrocho salarial, a restrição ao crédito para o consumo popular e o aumento do desemprego inicial, medidas que só puderam ser implementadas com a força de um regime autoritário que suprimia a oposição sindical e política. Sendo assim, se seguirmos a lógica de Simonsen e Campos, é impossível analisar o milagre econômico apenas pelos anos aos quais é referido.

Como abarcar a análise do milagre econômico utilizando a ótica desse período cronológico estipulado sem faltar com dados e informações de suma importância para o contexto geral dos acontecimentos brasileiros no período? Como a análise de um período histórico tão bem delimitado pode abarcar acontecimentos de anos anteriores sem que se perca o escopo historiográfico inicial? A conclusão de Veloso, Villela e Giambiagi advém exatamente dessa possibilidade de expandir os recortes temporais, visto que o PAEG foi um conjunto de medidas aplicadas entre 1964 e 1967, alguns anos antes do milagre econômico. Nesse formato, é possível abarcar os anos do milagre com seus possíveis determinantes iniciados em seguida ao golpe militar. Nesse momento, é possível trazer fatores muito importantes que seriam desconsiderados em uma leitura apenas dos anos que abrangem o milagre econômico.

Dito isso, a preparação para o "Milagre" exigiu uma profunda reestruturação do sistema financeiro nacional, cujas bases foram lançadas a partir de 1964. Antes desse movimento, a inflação inviabilizava a existência de um mercado de capitais, pois corroía o valor de qualquer investimento de longo prazo. A transformação foi fundamentada em um tripé de reformas institucionais concebidas no âmbito do PAEG. Primeiramente, a criação do Banco Central (BCB) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) em 1964 estabeleceu uma autoridade monetária

moderna, capaz de regular o sistema. Segundo, e talvez a peça mais importante, a invenção da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN)⁴, um título da dívida pública⁵ que era corrigido pela inflação. Isso restaurou a confiança dos investidores, permitindo que o governo financiasse seu déficit de forma saudável e, ao mesmo tempo, criou um ativo seguro que serviu de base para todo o mercado de renda fixa. Por último, foi instituído um novo mecanismo de poupança compulsória, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que acumula o montante por meio de depósitos mensais feitos pelos empregadores em contas individuais dos trabalhadores. Esse enorme volume de capital não ficaria parado; ele se tornou a principal fonte de recursos para outro arranjo institucional: o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), um modelo de financiamento projetado para direcionar essa poupança para o investimento em larga escala na construção civil e na compra da casa própria. Em conjunto, essas medidas criaram um padrão de acumulação financeira: o Estado agora possuía as ferramentas (BCB, ORTN) e o capital (FGTS) para direcionar investimentos em larga escala (SFH), alimentando o ciclo de crescimento dos anos seguintes.

Tais criações, no entanto, carregavam em si a semente da desigualdade que marcaria o período. O FGTS, ao mesmo tempo que criava uma poupança compulsória que financiaria o BNH e o setor de construção civil, extinguiu a estabilidade no emprego, prevista em lei após dez anos de serviço. Isso barateou o custo da demissão para as empresas, precarizando as relações de trabalho e dando ao capital um poder muito maior sobre a mão de obra. O SFH, por sua vez, embora tenha impulsionado a construção de moradias, concentrou-se nas classes médias, que podiam arcar com o financiamento, enquanto a população de baixa renda era empurrada para periferias cada vez mais distantes e desprovidas de infraestrutura. Na mesma linha, a ORTN cumpre o seu dever como financiador do estado, viabilizando a venda de títulos públicos, mas favorece a uma pequena parcela da sociedade, que protege seu dinheiro com investimentos mediante a compra de títulos de dívida pública, mas ainda não penetra na gigante piscina de assalariados no Brasil. Além disso, a correlação entre inflação, salário e aposentadoria

⁴ Instituída pela Lei nº 4.357/1964 (PAEG), foi um título da dívida pública criado para viabilizar o financiamento do Estado em um contexto de alta inflação. Seu diferencial era a inclusão da correção monetária, mecanismo que reajustava o valor principal do título pela variação inflacionária, somando a uma taxa de juros. Ao proteger o investidor da perda de poder de compra, o título restaurou a atratividade do crédito ao governo e se consolidou como o principal ativo de referência do mercado financeiro nacional.

⁵ Investimento de renda fixa, onde o governo emite títulos de “dívidas públicas” que podem ser adquiridas por pessoas, empresas e bancos com rentabilidade pré-estabelecida e indexada.

pavimentava uma outra camada muito delicada na população brasileira, considerando aqueles que necessitavam da previdência social. No contexto onde greves sindicais eram amplamente rechaçadas pelo governo militar, as poucas manifestações trabalhistas tinham como foco o curto prazo, pautando ajustes nos salários, e não nas aposentadorias, que foram engolidas pela falta de reajuste pela inflação dos recursos repassados pelo FGTS e pelo INPS para o BNDE.

Há que se enfatizar que, apesar das reformas financeiras, o financiamento de longo-prazo dos investimentos industriais brasileiros, públicos ou privados, dependia de repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), o qual fazia uso de fundos parafiscais, como os saldos do FGTS e do INPS, para a realização de empréstimos para o setor industrial. Tais empréstimos, ao contrário do que normalmente se fazia, não tinham os saldos devedores corrigidos pela inflação e, quando devolvidos aos respectivos fundos parafiscais, encontravam-se amplamente desvalorizados, comprometendo o pagamento integral das aposentadorias devidas e das indenizações a que os trabalhadores tinham direito.

Assim, é possível afirmar que o milagre econômico existiu e isso é inegável, e como todos os outros acontecimentos da história, é necessário se colocar na perspectiva temporal dos determinantes de caso. Obviamente esse estudo se apoia nas possibilidades de mensurar acontecimentos por meio de estudos com variantes e constantes econômicas, mas seria impossível analisar esse período sem o contexto histórico e social a ele imposto. O milagre não foi um evento técnico e neutro; foi um projeto político. O modelo de crescimento adotado foi intrinsecamente ligado ao modelo político autoritário que o viabilizou. O milagre existiu e teve seus momentos de glória dentro do horrível contexto ditatorial que mudou o curso do país.

O marco social do milagre econômico.

Apresentado o formato que se passou o milagre econômico no Brasil, utilizaremos essa seção como uma ponte conectiva entre duas grandes exclamações sobre o período quando afirmamos que “o milagre econômico existiu e a economia brasileira prosperou” e “o milagre econômico pouco fez pelo povo brasileiro e foi uma constante real na equação de desigualdade que o país vive”.

Se o milagre econômico foi representado por gráficos que indicaram crescimento exponencial de PIB e diminuição na inflação, utilizaremos também taxas para contrapor o ponto econômico do período com o social. Para que façamos isso, é necessário analisar o possível impacto social das diversas políticas e normas aplicadas no país.

Portanto, comecemos com a política de arrocho salarial, que garantiu durante anos a margem de lucro expressiva nas indústrias, concentrando renda e aumentando o coeficiente de produtividade x capital. Essa discrepância entre salários e custo de vida pode ser apresentada por meio da tentativa de “desmistificação de mitos” de Edmar L. Bacha em “Mitos de uma década”, onde o autor repassa algumas das grandes falácias das décadas de 60 e 70 sobre a expressiva arrancada econômica do país e introduz o lado social desse debate por meio de dados.

Se por um lado, a política de arrocho salarial não garantiria o reajuste do salário-mínimo acompanhado da inflação e as representativas represálias aos sindicatos diminuía o poder de barganha do trabalhador, o custo de vida nas grandes e pequenas cidades andaria de mãos dadas com a inflação, tornando a balança ainda mais discrepante.

Utilizemos então o exemplo do Rio de Janeiro, onde podemos identificar um aumento de 91,4% no custo de vida entre 1964 e 1965, acompanhado de apenas 57,1% de acréscimo no salário-mínimo para o mesmo período (em cruzeiros). Ao analisarmos o período do milagre econômico como bloco temporal, chegamos a uma taxa um pouco menos expressiva, de quase 154% de inflação entre 1968 e 1973 frente a 140% de reajuste no salário-mínimo. Ao calcular a variação geral entre custo de vida x salário-mínimo (ainda no Rio de Janeiro), o que atesta que o histórico de má distribuição de renda, se perpetuado e nunca definitivamente recalculado, se torna um malefício permanente para a sociedade, quando em 1974, o custo de vida no Rio de Janeiro, chegava a Cr\$ 461,00 frente ao salário-mínimo de Cr\$ 378,80. Essa diferença ao longo do tempo pode ser analisada na tabela Salário-mínimo x Custo de Vida, por Bacha:

	Salário-mínimo		Custo de vida	
	Cr\$	Variação %	Cr\$	Variação %
jan/64			31,5	-
fev/64	42	-		
fev/65			60,3	91,4
mar/65	66	57,1		
fev/66			86,8	43,9
mar/66	84	27,2		
fev/67			119	37,1
mar/67	105	25		
fev/68			145	21,8
mar/68	129,6	23,4		
abr/69			185	27,6
mar/69	156	20,4		
abr/70			226	22,2
mar/70	187,2	20		
abr/71			274	21,2
mar/71	225,6	20,5		
abr/72			325	18,6
mar/72	268,8	19,1		
abr/73			368	13,2
mar/73	312	16,1		
abr/74			461	25,3
mar/74	378,8	21,4		

(BACHA, Edmar. L. 1976, p.21)

Segundo a tabela de Bacha, podemos identificar alguns pontos importantes ao calcular a variação nas duas colunas: para que o salário-mínimo em março de 74 se equiparasse ao de fevereiro de 64, considerando seu paralelo com o custo de vida, seria necessário que fosse reajustado ainda em 33,33%. Esse tipo de visualização nos permite iniciar um processo de mensuração de forma mais igualitária entre índices econômicos e sociais, mesmo que o salário-mínimo não seja diretamente um indicador social. Quando é possível perceber tamanha discrepância entre salário e custo de vida em uma das maiores cidades do Brasil, a argumentação de que o Brasil crescia para todos começa a cair por terra. Além disso, o argumento de que a má distribuição de renda poderia ser passageira, e que deveríamos “crescer o bolo para depois dividi-lo” começa a soar confuso e desconexo com a realidade, uma

vez que em apenas duas oportunidades (em um quadro de 10 anos) na cidade do Rio de Janeiro o salário-mínimo cresceu mais rapidamente do que o custo de vida.

É importante ressaltar que o custo de vida pode ser mensurado por diversos fatores, e que a desvalorização da moeda pode ter infligido algum “caos” ao salário-mínimo brasileiro, mas nesse contexto, segundo Bacha: “[...] *A concentração de renda tende apenas a agravar-se com a continuação do crescimento econômico, mantida a estrutura agrária e o padrão de industrialização dependente*”. (BACHA, 1976, p.15).

Caso ainda não seja claro o suficiente, um fluxo muito simples de pensamento deve ser seguido para analisar os dados postos anteriormente: em um país com desigualdade social e econômica aparente, custo de vida elevado e salário-mínimo abaixo da linha ideal (se é que essa referência é possível), como ficarão os próximos anos do trabalhador assalariado? Considere que o mercado canibalizado possui diminutas ofertas de emprego para aqueles que não buscaram aperfeiçoamento em sua própria mão de obra nos últimos anos, e que o governo ditatorial imposto em 1964 rechaçou os sindicatos e impediu qualquer forma de manifestação como as greves, desamparando esse mesmo trabalhador em busca de organização e direito à barganha. Considere também, que nessa situação, o trabalhador, com sua esposa e filhos, necessitam de moradia, alimentação, saúde e educação, mas que o governo, em seu plano para estancar crises, investiu de forma majoritária em exportações, indústrias e no mercado externo. Assim, o trabalhador brasileiro se vê com uma equação muito simples em mãos, que resulta na deterioração quase que imediata em sua qualidade de vida.

“... As favelas foram removidas para longe dos locais de trabalho e as condições de saneamento e provisão de água potável pioraram consideravelmente. A desnutrição e os ataques de diarreia se agravaram: em consequência, a mortalidade infantil, que já era alta, aumentou continuamente ao longo da década. Em parte, como resultado disso, o fluxo de migrantes aos maiores centros urbanos declinou bastante em comparação com a década anterior. Forçado a permanecer no local de nascimento, o camponês tornou-se caça fácil para o proprietário de terra.” (“Os mitos de uma década”. BACHA. 1974, p.26).

Como resultado da complicada política e reforma econômica, que resultou no milagre econômico, trabalhadores no Brasil como um todo foram diretamente afetados. Ao usar o termo “afetados”, talvez ainda não consigamos definir notoriamente o impacto desses anos na

economia, nos valores e na cultura brasileira. Definitivamente, o processo descrito por Bacha se tornou um facilitador no processo de favelização no Brasil. Além disso, escanteou a população mais pobre, tornando-a vulnerável às mazelas da pobreza e perpetuando a má distribuição de renda pelo país.

Em Belo Horizonte, em 1973 (ao fim do período que intitulamos de forma infeliz como “milagroso”) a cada 1.000 nascidos vivos, 125 crianças morriam antes de completar um ano, taxa 69% maior que a mesma referência no ano de 1960. Número esse que dobrava, se considerarmos Recife, com 224 mortos na mesma condição. (BACHA. 1976).

Agora, com números definitivamente expostos, a verdadeira face do milagre econômico parece menos comercial quanto pareceu em um primeiro momento. No exterior, o Brasil camuflado por “menos de 10% do PIB” formado por empresas estrangeiras, possuía 35% de seus investimentos industriais advindos de fora do país em 1969, seguidos por 43,5% em 1970 sobre as vendas industriais, além de estarem ativamente presentes em diversos núcleos de crescimento industrial, como nas fábricas de autopeças e na construção de rodovias, indicando um futuro próximo onde a soberania brasileira teria que passar pelo crivo estrangeiro para tomar suas próprias decisões sobre o futuro da nação (BACHA. 1974). Ora, nos anos seguintes, o país cujo arranque estratosférico foi financiado por empresas estrangeiras não poderia depender mais de tal investimento em razão da Crise da Dívida (1979-1994), o que tornou o Brasil refém dos movimentos estrangeiros acerca de tecnologia, financiamento e desenvolvimento.

Estabelecidos os pilares do milagre econômico, identificamos a clara coexistência entre o “milagre econômico” e o “purgatório social”. Em um contexto mal explicado, os índices inflacionados de melhorias econômicas no período passam a falsa impressão de melhoria efetiva para a população brasileira considerando a crise imposta nos anos que antecederam o milagre. Infelizmente, a máscara do milagre econômico começa a cair quando colocados no mesmo prisma os devidos determinantes desse período e suas repercussões sociais. Assim, o termo “milagre econômico” perde seu sentido e começa a procurar outros termos que traduzam melhor seu sentido.

O milagre de produtividade.

Em conjunto com a análise social dos efeitos do Milagre Econômico no Brasil, é necessário levar em conta o contexto trabalhista e social do período e seus desdobramentos. O período cunhado como “milagroso” acelerou o crescimento econômico em proporções inimagináveis nos anos anteriores à ditadura militar, o que claramente não foi traduzido em melhorias proporcionais para a população brasileira em larga escala e não resultou no passo final na transformação da nação em um país de primeiro mundo.

Nesse ponto, é possível afirmar que o milagre econômico foi um “milagre comercial e industrial”, um “milagre midiático” ou até mesmo um “milagre forçado” na narrativa ampla de um país que em pouquíssimo tempo reduziu os índices de inflação, teve aumentos expressivos nas taxas de crescimento PIB, mas que não necessariamente refletiu em avanços na redução da taxa de mortalidade infantil, escolaridade ou aumentou os salários dos trabalhadores. Se o dito “milagre” realizou tantas melhoras em variantes necessárias para o desenvolvimento do país, onde ele pode ter falhado? Não apenas falhado, mas se considerarmos que todo o cenário econômico foi remodelado e alavancado, no que resultou o milagre econômico no Brasil?

Maria de Conceição Tavares viabiliza a análise das economias latino-americanas em uma forte crítica ao modelo capitalista de mercado, que pode começar a nos dar algumas pistas da verdadeira face do milagre econômico:

“Nos países capitalistas hoje desenvolvidos, a modernização da agricultura, a maximização do contingente ocupado da força de trabalho e dos consumidores constituíram, em épocas passadas, requisitos importantes para a expansão do sistema. O mesmo fenômeno não se verifica, porém, nas economias latino-americanas, de “industrialização retardatária”, embora essa circunstância, por si só, não permita assegurar que, necessariamente o capitalismo carece de dinamismo em toda a região.

No caso brasileiro, em particular, apesar de que a economia tem-se desenvolvido de modo extremamente desigual, aprofundando um conjunto de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, logrou-se estabelecer um esquema que possibilita a geração de fontes internas de estímulo e expansão, que confere dinamismo ao sistema. Neste sentido, pode-se dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande

medida, devido ao dinamismo do sistema ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima.” (TAVARES. 1970, p, 5)

Na análise econômica socialmente traduzida de Tavares, é possível retirar alguns pontos de suma importância para a continuidade do estudo sobre o milagre econômico. Primeiramente é importante salientar o ano em que a economista e socióloga levanta pontos tão importantes: 1970. Nesse contexto, Tavares estava no que poderíamos chamar de “pico” do milagre, mas já tecia críticas ao resultado iminente do milagre na população brasileira. O milagre não se traduziria em melhorias ao povo na medida em que se instaurava apoiado no dinamismo do capitalismo.

Se o dito milagre econômico, em um contexto capitalista, não traria as mudanças necessárias para a definitiva evolução da nação, e a economia de um país deve necessariamente estar ligada ao seu povo, onde foi alocado todo o salto econômico do país? Em suma, o Brasil investiu nas empresas, e as empresas por sua vez em um modelo capitalista, não investiram em seus funcionários e aproveitaram as possibilidades trazidas por sua especialização em prol de lucro e crescimento industrial, assim tornando a relação produto-capital ainda mais valiosa.

O milagre econômico nada mais foi que um “milagre de produtividade” e esse termo, ainda mais apropriado, parece ganhar força nos estudos recentes sobre o período. Com um salto relacionado à qualificação de mão de obra e o investimento estrangeiro no país direcionados diretamente ao modelo industrial, as indústrias brasileiras se especializaram na medida em que a mão de obra se tornou cada vez mais substituível. É importante salientar que esse cálculo de especialização de mão de obra somado ao aumento de tecnologia não necessariamente reflete na diminuição da mão de obra, mas sim, no aumento de produtividade dela. Cada vez menos trabalhadores conseguiriam operar mais máquinas, com melhor qualidade em menos tempo, refletindo no aumento do número de fábricas e na produção. Portanto, o milagre em três instâncias favoreceu o crescimento de suas empresas no período.

As grandes mudanças realizadas pelo PAEG e por diversos outros incentivos capacitaram as empresas com a utilização da capacidade ociosa, financiamento e políticas agrícolas, controlando custos e salários e com reformas estruturais no sistema financeiro. Desses fatores, o mais interessante para a conexão entre o milagre e o não reflexo em melhorias sociais é o

controle de custos e salários que permite ainda mais avanço e desenvolvimento para empresas abraçadas com ainda menos gastos com funcionários e reajustes salariais (HERMANN. 2005).

É nesse ponto que a distribuição de renda começa a ficar ainda mais complexa no Brasil. O estado age como empresário, investindo cada vez mais e possibilitando o crescimento das indústrias brasileiras. Dessa forma, o trabalho na “cidade grande” começa a atrair ainda mais trabalhadores de todos os pontos do Brasil com a promessa de uma vida melhor e possibilidades de crescimento, sem as devidas explicações sobre o arrocho salarial na prática.

Por fim, a retroalimentação prática da produção das indústrias e seus bens de consumo refletem a última instância da desigualdade social imposta pelo milagre econômico. As indústrias com sua especialização e investimento se apresentaram como novas produtoras de bens de média e longa duração (eletrodomésticos diversos, móveis e automóveis). Em um país com taxas de mortalidade, analfabetismo e desigualdade elevadas, quem poderia consumir os bens que foram produzidos de forma massiva pelas indústrias brasileiras? Os donos das próprias empresas, que em um primeiro momento, não foram atingidos pelo arrocho salarial e lucraram com o crescente aumento de produtividade de suas empresas. Nesse momento, o econômico, o político e o social se cruzam realizando uma dança quase matemática nos próximos anos no país.

Conclusão.

O milagre econômico no Brasil foi, inegavelmente, um ponto fora da curva na economia brasileira e latino-americana. O país que passava por uma severa crise econômica com taxas de inflação de 53,7% em média no período entre 1962 à 1967 teve uma redução para 19,1%, também em média nos anos do milagre (1968-73), um aumento de mais de 5 pontos em crescimento do PIB per capita e uma redução considerável em termos de consumo governamental x PIB, utilizando as mesmas métricas (VELOSO, VILELLA e GIAMBIAGI, 2008, p, 232.). Dito isso, considerando os cenários de “estagnação” aparentes em toda a América Latina, o Brasil superou as expectativas para os primeiros anos de ditadura militar e prosperou economicamente em grandes números durante alguns anos, o que fomentou e fomenta debates até os dias atuais sobre como foi possível um crescimento tão expressivo em tão pouco tempo e quais os reais desdobramentos desse período na história do País, considerando todo o contexto inserido. Essa análise leva a algumas repostas e outras muitas dúvidas acerca do período do milagre.

Essa prosperidade macroeconômica foi sustentada por um cenário internacional favorável, com alta liquidez de capitais e demanda por commodities, mas também por uma política interna deliberada de endividamento e investimento estatal em obras de infraestrutura faraônicas, como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói. Tais projetos, embora emblemáticos do slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o", serviram mais como propaganda do regime e como meio de escoar a produção para o mercado externo do que como vetores de um desenvolvimento socialmente integrado. A grandiosidade das obras contrastava diretamente com a pequenez do investimento no capital humano do país.

Considerando taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, desigualdade social, desemprego e baixa renda no país, o milagre econômico parece não cumprir com o esperado para um período de tamanha magnitude. Considerando os fatores necessários para se aferir qualquer conclusão sobre o milagre, uma releitura do próprio período começa a se construir ao entender que o milagre econômico no Brasil parece muito mais midiático do que prático, uma vez que não se refletiu em melhorias expressivas para a população.

O que então distanciou o milagre econômico do “milagre total” no Brasil? Em um emaranhado de possibilidades e acontecimentos tanto antes do golpe militar no Brasil quanto durante os anos que se arrastaram no mesmo contexto, quais fatores foram determinantes

para o acontecimento do milagre e para a conotação dele como “milagre econômico”, considerando apenas aquilo que pode ser visto ao olho nu em um contexto puramente matemático?

O milagre econômico no Brasil foi um período de crescimento muito significativo de PIB (acima de 10% ao ano), favorecido pelo investimento estatal em infraestrutura e indústrias de base. Isso levou o aumento de produção e disponibilidade de bens de consumo, como eletrodomésticos, automóveis e televisores. Ao chegar a um crescimento anual de 14% do PIB, reduções históricas em métricas inflacionárias e dívida externa, o país estava em teórica marcha acelerada para sua ascensão econômica. Em um contexto apresentado de forma rasa, pode ser entendido como um divisor de águas muito positivo na história do Brasil, o que não se reflete na realidade do período e muito menos, nos anos e décadas pós “milagre”.

A injeção aplicada no Brasil não levou em consideração alguns fatores muito importantes no desenvolvimento de qualquer país que queira se considerar de primeiro mundo. O investimento em educação e saúde no país ficaram de lado para dar espaço aos grandiosos avanços econômicos, que em um primeiro momento pareciam ser as prioridades do então presidente Castello Branco com o PAEG, por exemplo, onde o intuito era tornar a economia brasileira ainda mais aberta ao exterior.

Se considerado o PAEG como um exemplo de determinante do milagre econômico, é possível traçar um paralelo com a sua criação e a falta de planejamento em outras áreas carentes de desenvolvimento no país. Além dele, diversos outros fatores com formatos muito parecidos foram desenvolvidos, inaugurados e instaurados nos anos seguintes, desenhando o novo Sistema financeiro após as reformas de 1964 a 1967:

Tipo de Instituição	Área de Atuação
Conselho Monetário Nacional (CMN)	Criado em 1964, em substituição à Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), com função normativa e reguladora do sistema financeiro.
Banco Central do Brasil (Bacen)	Criado em 1964, como executor das políticas monetária e financeira do governo.

Banco do Brasil (BB)	Banco comercial e agente financeiro do governo, especialmente em linhas de crédito de médio e longo prazos, para exportações e agricultura.
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	Criado em 1952 para atuar no financiamento seletivo de longo prazo para a indústria e infraestrutura.
Bancos de Desenvolvimento (BD) regionais e estaduais	Atuação semelhante à do BNDE, mas em âmbito regional/estadual.
Bancos Comerciais	Crédito de curto e médio prazos (capital de giro).
Bancos de Investimento	Regulamentados em 1966, para atuarem no segmento de crédito de longo prazo e no mercado primário de ações (operações de subscrição).
Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento	Instituições não bancárias, conhecidas como "Financeiras", voltadas ao financiamento direto ao consumidor (curto e médio prazos).
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	Criado em 1964, tendo o Banco Nacional da Habitação (BNH) como instituição central, e composto ainda pela Caixa Econômica Federal (CEF), caixas econômicas estaduais, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo (APE).
Corretoras e Distribuidoras de Valores	Mercados primário e secundário de ações.

(HERMANN, Jennifer. 2005, p. 6)

Esse novo sistema financeiro na dinâmica capitalista do país não apenas realizou a manutenção como elevou o nível da desigualdade financeira brasileira refletida na má distribuição de renda. O pilar central dessa concentração foi a política de "arrocho salarial".

O governo militar implementou uma fórmula de reajuste do salário-mínimo que, na prática, reajustava abaixo da inflação real. Essa compressão salarial foi uma estratégia deliberada para baratear a mão de obra, aumentar a margem de lucro das empresas e,

consequentemente, estimular o investimento e a produção. O crescimento econômico foi, portanto, diretamente financiado pela perda do poder de compra do trabalhador.

O Brasil acelerou seus próprios empresários e todos que possuíam acesso multiplicaram seu capital em detrimento daqueles na base, que em busca de trabalho digno, buscaram nas grandes cidades e indústrias novos ares, encontrando condições de trabalho distantes do que esperavam e cidades cada vez menos preparadas para recebê-los, aumentando os níveis de marginalização e favelização do país.

O novo sistema se retroalimentou, possibilitando que a renda se tornasse ainda mais concentrada e o fluxo se torna bem simples: grandes empresas produziam cada vez mais com menos capital; os bens produzidos por essas empresas custavam caro enquanto o custo de vida aumentava e os salários no Brasil não recebiam os devidos reajustes. Dessa forma, os bens de consumo poderiam ser adquiridos apenas por aqueles com condições de obterem financiamento, o que nos leva novamente aqueles que possuem riqueza de sobra por produzirem os bens de consumo e alguns outros que acessaram crédito de maneira mais simples, por possuírem status ou cargos mais altos nas empresas a quem prestavam serviço. Criou-se a imagem de dois Brasis: um moderno, motorizado, que comprava seu primeiro Fusca e sua TV à cores, e outro Brasil, majoritário, que via o progresso pela vitrine, sem poder participar dele, e cujo único papel no "milagre" era fornecer trabalho barato e disciplinado, muitas vezes sob a ameaça da repressão política que silenciava sindicatos e movimentos sociais.

Assim, concluímos que o milagre econômico não passou de um período em que a crise financeira brasileira pareceu freada por números inflacionados com a maquiagem de milagre posta por aqueles a quem seria benéfico apresentar resultados rápidos dentro de um contexto ditatorial no Brasil. A sustentabilidade desse modelo era, por natureza, frágil. Sua dependência do crédito externo e do petróleo barato o tornou extremamente vulnerável a choques internacionais. A Crise do Petróleo de 1973 foi o gatilho que expôs as rachaduras na fundação do milagre, encerrando o ciclo de crescimento acelerado e mergulhando o Brasil em uma longa crise de endividamento e estagflação na década de 1980, a chamada "década perdida".

O milagre, portanto, não apenas falhou em resolver os problemas sociais do Brasil, como também deixou uma herança de dívida e desequilíbrios macroeconômicos que assombrariam o país por décadas.

Autores como Maria de Conceição Tavares, que levantaram pautas econômicas pelo viés social, apontam desde o começo de suas obras que o brasileiro não consegue “comer PIB”,

o que nada mais significa que economia sem melhoras sociais são apenas gráficos e índices bonitos num complexo emaranhado de desigualdade social. A frase sintetiza a essência do período: um crescimento que se concentrou no topo da pirâmide e não "transbordou" para a base, contrariando a teoria do "bolo" defendida pelo então ministro Delfim Netto, de que era preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo. O bolo cresceu, de fato, mas sua divisão nunca chegou de forma equitativa.

Quer seja chamado de “milagre econômico”, “milagre social” ou “milagre de produtividade” o período entre 1968 e 1973 é um recorte pomposo na história econômica no Brasil, que fez parte do fluxo de má distribuição de renda, que resultou no Brasil que conhecemos hoje. Foi a consolidação de um modelo de desenvolvimento que priorizou o crescimento a qualquer custo, sacrificando a equidade social e a sustentabilidade econômica no longo prazo. Seu legado mais duradouro não está apenas nos números do PIB, mas na cristalização de uma estrutura social que Bacha, em 1974, apelidaria de “Belíndia” em um de seus contos⁶: um lugar onde poucos teriam a qualidade de vida belga, com seu consumo europeu, coexistindo com vários outros que assemelhariam seu estilo de vida aos indianos (indicando a caricatura de um país subdesenvolvido) (BACHA, 1976, p. 57).

O “esquecimento social” tema deste trabalho, portanto, não foi apenas o sacrifício da equidade em nome do crescimento, mas a normalização dessa fratura, tornando o ideário do sacrifício de muitos em prol de poucos, uma realidade durante as décadas seguintes. A questão provocativa que ecoa, mais de cinquenta anos depois, não é apenas carregar de culpa o regime instaurado por ter forjado a “Belíndia”, mas questionar por que, ao longo de décadas de redemocratização, tão pouco foi feito para desmantelá-la.

Em termos comparativos, utilizemos a mesma argumentação sobre a taxa de mortalidade infantil em estados brasileiros no período do milagre econômico. Países em desenvolvimento como o Brasil, comparado percentualmente como uma pequena Bélgica e uma grande Índia, galgaram década por década pequenas porcentagens na luta contra a mortalidade infantil, enquanto países desenvolvidos (aqueles 100% Bélgica), foram de 31 para 6 mortos a cada mil nascidos vivos entre 1960 e 2000. De forma ainda mais detalhista, o Brasil, se comparado com a Índia, em 2018, apontava para 14 para cada mil nascidos vivos diante de 34 na Índia pelos

⁶ O rei da Belíndia (uma fábula para tecnocratas). Trata-se sobre uma fábula escrita por Bacha, onde um economista constrói um relatório sobre a taxa de crescimento da “Belíndia” por meio da taxa de crescimento do povo, onde um dos analisados corresponde à 1/3 da renda de todos os moradores do estudo.

mesmos termos. Em 2023, o Brasil apontou uma queda de 9,93% (em relação a 2018), enquanto a Índia atingiu 26,47% de redução no mesmo período. O que significa que, em breve, o legado do milagre econômico, pulverizado em ações segregacionistas, elitistas e desiguais, durante os anos terá definido a estrutura social e econômica brasileira contemporânea de forma duradoura.

Bibliografia:

BACHA, Edmar L. Mitos de uma década: ensaios de economia brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI): série histórica [1944-2025]. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2025. Disponível em: [\[https://portal.fgv.br/indices-economicos\]](https://portal.fgv.br/indices-economicos). Acesso em: 12 out. 2025.

HERMANN, Jeniffer. (2005). Reforma, endividamento externo e o ‘milagre’ econômico (1964/1973). In Giambiagi, F. and Villela, A. and Barros de Castro, L. and Hermann, J. (orgs.), Economia Brasileira Contemporânea. Campus, Rio de Janeiro

SIMONSEN, Mario H.; CAMPOS, Roberto O. (1974). A Nova Economia Brasileira. José Olympio, Rio de Janeiro

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação. In: TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a econômica brasileira. 9.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 153-207.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Revista Brasileira de economia, Rio de Janeiro v.62, n. 2, p 221-246, abr./jun. 2008.